



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS DIVERSOS, BLINDADOS E SEM BLINDAGEM, NOVOS, DE PRIMEIRO USO, ANO DE FABRICAÇÃO E MODELO 2016, NO MÍNIMO, DOTADOS DE TODOS OS EQUIPAMENTOS EXIGIDOS PELO CÓDIGO NACIONAL DE TRÂNSITO E AS CARACTERÍSTICAS, OBRIGAÇÕES E REQUISITOS TÉCNICOS CONTIDOS NESTE CONTRATO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ E A EMPRESA C. ROLIM MOTOS LTDA – LOTE 3 (PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8510885-76.2016.8.06.0000).

CT Nº 15/2017

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, com sede na Av. General Afonso Albuquerque Lima, s/n, Bairro Cambé, Fortaleza-CE, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 09.444.530/0001-01, doravante denominado simplesmente de TJCE ou CONTRATANTE, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador Francisco Gladysson Pontes e por seu Superintendente da Área Administrativa, Dr. Luis Eduardo de Menezes Lima, e a empresa **C. ROLIM MOTOS LTDA.**, com sede na Av. José Jatahy, nº 677, Bairro Farias Brito, Fortaleza-CE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.685.620/0001-62, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Fernando Hugo de Albuquerque Neto, portador da cédula de identidade nº 98002273218-SSP-CE e inscrito no CPF/MF nº 941.849.763-87, pactuam o presente Contrato, que se regerá pelas Leis n. 10.520, de 17 de julho de 2002, e n. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

Cláusula Primeira – Da Fundamentação Legal

Fundamenta-se o presente Instrumento na proposta apresentada pela CONTRATADA e no resultado da Licitação realizada sob a modalidade Pregão Eletrônico nº 35/2016, devidamente homologado pelo Excelentíssimo Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, tudo em conformidade com as disposições da Lei Federal n. 10.520/2002 e da Lei n. 8.666/1993, com suas alterações e atualizações posteriores e o Processo Administrativo nº 8510885-76.2016.8.06.0000.

Cláusula Segunda – Do Objeto

O objeto deste Instrumento consiste na ***“Aquisição de veículos diversos, blindados e sem blindagem, novos, de primeiro uso, ano de fabricação e modelo 2016, no mínimo, dotados de todos os equipamentos exigidos pelo Código Nacional de Trânsito e as características, obrigações e requisitos técnicos aqui contidos – Lote 3”***, conforme especificações contidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 35/2016 e seus anexos, bem como nos Anexos deste Contrato, todos, partes integrantes do mesmo.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Parágrafo Único – A prestação dos serviços obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como às disposições assumidas na proposta firmada pela CONTRATADA, dirigida ao CONTRATANTE, independentemente da transcrição, a qual faz parte integrante e complementar deste Contrato, no que não o contrarie.

Cláusula Terceira – Das Obrigações

São obrigações das partes neste contrato:

a) DO CONTRATANTE:

- I. Proporcionar as melhores condições possíveis à execução do contrato.
- II. Fiscalizar a execução do objeto contratual, através de sua unidade competente, podendo solicitar providências da contratada, que atenderá ou justificará de imediato.
- III. Notificar a contratada de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.
- IV. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste contrato.
- V. Designar um servidor para fiscalizar a execução do contrato de aquisição.
- VI. Não aceitar que os serviços estejam em desacordo com as especificações do contrato e do termo de referência.
- VII. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

b) DA CONTRATADA:

- I. Efetuar a entrega dos veículos em perfeitas condições, no prazo e local indicado neste termo de referência, em estrita observância das especificações do Edital e seus anexos, acompanhados das respectivas notas fiscais constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia.
- II. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes de defeitos de fabricação, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078/1990).
- III. Atender a quaisquer exigências do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará inerentes ao objeto da licitação.
- IV. Assumir todos os impostos, municipais, estaduais ou federais, que incidam inicialmente, direta ou indiretamente sobre o objeto da licitação, bem como todas as despesas diretas e indiretas decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, de acordo com o manual de garantia do fabricante e, ainda, a disponibilização de peças de reposição por prazo não inferior a 10 (dez) anos contados da data da assinatura do Contrato, conforme Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078/1990).
- V. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- VI. Responder integralmente e em qualquer caso por todos os danos e prejuízos de quaisquer natureza causados ao Contratante ou a terceiros, decorrentes da má execução do objeto deste contrato.
- VII. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do objeto da licitação.
- VIII. Cumprir com as obrigações referentes a garantia dos produtos prevista no Parágrafo Primeiro da Cláusula Décima Primeira deste Contrato.
- IX. Assinar este Contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da convocação expedida pelo TJCE para este fim.
- X. De acordo com a Resolução n. 7, de 18 de outubro de 2005, do CNJ, não contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juizes vinculados ao respectivo Tribunal (CONTRATANTE).

Cláusula Quarta – Da forma, endereço e prazo para entrega



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Após a assinatura do contrato, o Gestor do Contrato e a Assistência Militar do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, analisando a conveniência sobre a aquisição do objeto licitado, decidirão quanto a emissão da Ordem de Fornecimento.

Parágrafo Primeiro - O(s) produto(s) licitado(s) após formalização da aquisição por meio de instrumento hábil, deverá(ão) ser entregue(s) em conformidade com as especificações estabelecidas neste instrumento, mediante apresentação da nota fiscal e termos de entrega, os quais deverão ser assinados pelos servidores autorizados.

Parágrafo Segundo - Os veículos deverão ser entregues na sede do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (endereço abaixo), em até 90 (NOVENTA) dias corridos, para os veículos não blindados (lotes 1 e 3), contados a partir do recebimento da Nota de Empenho pelo fornecedor, devidamente assinada.

ENDEREÇOS DE ENTREGA DOS VEÍCULOS:
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ - TJCE
Av. General Afonso Albuquerque Lima S/N
Palácio da Justiça /Cambeba / Fortaleza / CEP 60.822-325

Parágrafo Terceiro - A entrega deverá ser agendada junto à Divisão de Serviços Gerais e Serviço de Transportes do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, pelo telefone (85) 3207-7474.

Parágrafo Quarto - Os veículos deverão ser entregues, com as taxas de Emplacamento, Licenciamento e Seguro Obrigatório – DPVAT pagos, sem ônus para o TJCE, com os Certificados de Registro e Licenciamento do Veículo (CRV/CRLV) e com o pagamento do frete, tributos, encargos sociais, e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir no preço proposto.

Parágrafo Quinto - Todos os veículos devem estar acompanhados, do manual do usuário, versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

Parágrafo Sexto - O recebimento dos veículos, mesmo que provisório, será realizado de segunda a sexta-feira, no horário das 8h às 12h e das 13h às 17h, nos dias de expediente Forense.

Parágrafo Sétimo - Para o veículo blindado (item 1 do lote 2), após assinado e enviado a nota de empenho, a CONTRATADA deverá apresentar, ainda, no prazo de 10 (dez) dias úteis:

I. Projeto de blindagem contendo: relação dos materiais a serem empregados, com a respectiva marca, especificação, quantidade e forma de aplicação, peso original do veículo e peso final após a blindagem;

Parágrafo Oitavo - Até o terceiro dia útil anterior ao final dos prazos estabelecidos nos parágrafos quarto e sétimo da presente cláusula, a CONTRATADA poderá solicitar a prorrogação de prazo, desde que justifique e comprove suas alegações, suspendendo-se o decurso do prazo até a data do recebimento da comunicação oficial à CONTRATADA acerca da decisão da CONTRATANTE.

Parágrafo Nono - No prazo de entrega estão compreendidos:

- I. A entrega dos veículos devidamente emplacados como veículo oficial, sem ônus para o TJCE;
- II. A entrega dos documentos (CRLV e CRV) devidamente registrados em nome do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, bem como constando a informação de veículo blindado caso o referido assim seja;
- III. A entrega do Certificado de Registro de Blindagem, emitido pelo Exército Brasileiro, para o veículo blindado;
- IV. A entrega do manual contendo instruções de uso e cuidados do veículo blindado, para o veículo blindado;



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- V. A entrega do Termo de Responsabilidade pela blindagem realizada (com nível e abrangência da blindagem), emitido pela empresa que executou o serviço de blindagem, para o veículo blindado;
- VI. A entrega de Certificado de garantia da blindagem, para o veículo blindado, conforme Parágrafo Segundo da Cláusula Décima Primeira deste Contrato;
- VII. A entrega da certificação de que as adaptações de blindagem para o veículo do lote 2, não comprometem a garantia de 12 (doze) meses do veículo, de acordo com o Parágrafo Primeiro, Inciso II, da Cláusula Décima Primeira deste Contrato.
- VIII. Constatado o fornecimento incompleto ou vício do material/equipamento/peças, a CONTRATADA será convocada para substituí-lo ou complementá-lo no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua convocação pela contratante.

Cláusula Quinta – Do recebimento e da aceitação do objeto

Os serviços prestados mensalmente serão recebidos conforme abaixo descrito.

Parágrafo Primeiro - O(s) veículo(s) deverá(ão) obedecer as prescrições e exigências contidas neste Contrato, bem como todas e quaisquer normas ou regulamentações intrínsecas ao tipo de veículo.

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA deverá dispor de equipamentos de transporte, quando necessário, sendo de sua responsabilidade todo e qualquer custo com os serviços de entrega e/ou substituição dos veículos, bem como com o transporte e alimentação de seus funcionários.

Parágrafo Terceiro - Os veículos entregues serão recebidos provisoriamente, para posterior verificação, fundamentado no Art. 73, inciso II, alínea "a", da Lei n. 8.666/1993. Na ocasião, será indicado um servidor/colaborador do Serviço de Transportes do TJCE e um da Assistência Militar do TJCE para acompanhar a entrega.

- I. Após o recebimento provisório, caso seja constatada alguma irregularidade no(s) produto(s) entregue(s), tanto de vício/defeito de fabricação como na(s) quantidade(s) entregue(s), o fornecedor será notificado para, em até 50% (cinquenta por cento) do prazo previsto para entrega do produto, sanar as pendências apontadas, independentemente da incidência da multa prevista para o caso específico.

Parágrafo Quarto - O recebimento definitivo se dará em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório e será realizado pela Comissão de Recebimento de Materiais Adquiridos do Tribunal de Justiça do Ceará, conforme Portaria n. 418/2013, de 29 de abril de 2013.

Parágrafo Quinto - A menos que haja solicitação expressa da CONTRATANTE, não serão aceitas entregas parceladas, dentro de cada lote.

Parágrafo Sexto - O recebimento provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do estabelecido no presente Termo de Referência, dentro dos limites estabelecidos pela lei.

Parágrafo Sétimo É facultada a presença de representante do fornecedor no ato de conferência da(s) quantidade(s), características específicas e dados do(s) produto(s), quando recebidos de forma provisória para posterior conferência.

Parágrafo Oitavo - A(s) CONTRATADA(s) deverá(ão) fornecer veículo(s) original(is) de fábrica, que conste na linha regular de produção e comercialização não se admitindo veículos cujas características originais tenham sido configurados especificamente para atendimento ao presente Termo, com exceção ao veículo blindado, do item 1 do Lote 2, que poderá ser modificado apenas ao que se refere a blindagem do veículo e colocação do compartimento de carga coberto, obedecendo ao especificado no anexo I deste Contrato.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Cláusula Sexta – Do Preço e Das Condições de Pagamento

O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, o valor global de **R\$ 166.650,00 (cento e sessenta e seis mil, seiscentos e cinquenta reais)**, conforme descrito no Anexo I deste Contrato, incluídos neste valor todos os insumos que os compõem, tais como despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto.

Parágrafo Primeiro - Os pagamentos serão realizados através de depósito bancário, preferencialmente, nas agências do Banco Bradesco S/A, em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do(s) veículo(s) descrito(s), mediante apresentação da fatura/nota fiscal, atestada pelas unidades receptoras e, também a apresentação de certidões que comprovem a regularidade da empresa com o fisco Federal, Estadual e Municipal, FGTS, INSS e débitos trabalhistas.

- I. A(s) nota(s) fiscal(is) deverá(ão) ser emitida(s) em nome do Fundo de Segurança dos Magistrados - FUNSEG, de acordo com a fonte de recursos indicada na nota de empenho.
- II. Nenhum pagamento isentará a empresa fornecedora das suas responsabilidades e obrigações assumidas na licitação.
- III. O Tribunal de Justiça do Ceará não se responsabiliza por qualquer despesa bancária, nem por qualquer outro pagamento não previsto neste Contrato.

Parágrafo Segundo - Não será concedida, em hipótese alguma, a antecipação de pagamento dos créditos relativos ao fornecimento do produto, ficando este condicionado ao atendimento das exigências contidas no Parágrafo Terceiro da Cláusula Onze deste Contrato.

Parágrafo Terceiro - Nenhum pagamento isentará a empresa fornecedora das suas responsabilidades e obrigações. Caso seja constatada alguma irregularidade na documentação, será suspenso o pagamento para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para o pagamento a partir da data da sua regularização.

Parágrafo Quarto - Caso a CONTRATADA não apresente alguma das certidões negativas de débitos exigidas, o pagamento será feito com ressalva, sendo que o fornecedor será notificado para regularizar as pendências apontadas no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contados no recebimento da notificação, sob pena de ter o contrato rescindido, independentemente da aplicação da multa prevista neste documento por descumprimento contratual.

Parágrafo Quinto - O Tribunal de Justiça não se responsabiliza por quaisquer despesas bancárias, nem por qualquer outro pagamento não previsto neste Contrato e seus anexos.

Cláusula Sétima – Dos Recursos Orçamentários

Os recursos financeiros correrão por conta Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados (FUNSEG), tendo como Fonte os recursos diretamente arrecadados, nas seguintes dotações orçamentárias:

04200023.02.091.500.17425.1500000.44905200.27000.1.20
04200023.02.091.500.18445.1500000.44905200.27000.1.20

Cláusula Oitava – Do Reajuste, do Acréscimo ou da Supressão

Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Parágrafo Primeiro - No interesse do CONTRATANTE, o valor inicial deste Contrato poderá ser acrescido ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 65 da Lei n. 8.666/1993.

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessários.

Cláusula Nona – Da Vigência Contratual

O prazo de vigência do contrato para o lote 3 (três) inicia-se na data de sua assinatura e se estenderá por 12 (doze) meses, tendo em conta o prazo de garantia estabelecido no inciso I do parágrafo primeiro da Cláusula Décima Primeira deste Contrato.

Cláusula Décima – Das Sanções Contratuais

A CONTRATADA se sujeita, em caso de inexecução total ou parcial do Contrato, às sanções previstas na Lei n. 8.666/1993 e às multas e penalidades a seguir.

Parágrafo Primeiro - As sanções administrativas, sem prejuízo das sanções legais, além da responsabilização civil e criminal do licitante, poderão ser:

- I. Advertência.
- II. Multas nas seguintes situações:
 - a. Na penalidade de multa, será aplicado o percentual de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor de cada veículo com entrega atrasada, usando como base a nota de empenho, limitado a 30 (trinta) dias, bem como por descumprimento das obrigações estabelecidas no contrato.
 - b. Em caso de inexecução total do objeto, deverá ser aplicada multa no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor global da nota de empenho.
 - c. Caso ocorram atrasos injustificados superiores a 30 (trinta) dias, será considerado inexecução total do objeto e deverá ser aplicada multa no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor global da nota de empenho.
- III. IMPEDIMENTO do direito de licitar, de contratar com a Administração por período não superior a 5 (cinco) anos;
- IV. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- V. RESCISÃO DO CONTRATO, nos casos previstos no art. 78 da Lei n. 8.666/1993.

Parágrafo Segundo - As multas aplicadas não impedem que o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará rescinda unilateralmente o contrato e aplique outras sanções, tudo conforme previsão na Lei n. 8.666/1993 e a Lei n. 10.520/2002.

Parágrafo Terceiro - O valor da multa será descontado da garantia contratual apresentada e, caso não seja suficiente, poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR.

- I. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica o FORNECEDOR obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

Parágrafo Quarto - As multas a que se referem os itens anteriores poderão vir a ser descontadas dos pagamentos devidos pelo TJCE, caso a garantia contratual não seja suficiente, ou cobradas diretamente da empresa, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas nos itens anteriores.

Parágrafo Quinto - Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, oportunizando-se defesa prévia ao interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vistas ao processo.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Cláusula Décima Primeira – Da Garantia e das condições dos veículos

Os produtos deverão obedecer às prescrições e exigências contidas nas especificações deste Contrato, bem como todas e quaisquer normas ou regulamentações intrínsecas ao tipo de fornecimento.

Parágrafo Primeiro - Da Garantia dos veículos:

- I. O prazo de garantia do veículo será de, no mínimo, 12 (doze) meses, sem limite de quilometragem, contados da data da emissão do termo de recebimento definitivo do veículo, para todos os lotes.
Para o veículo do Lote 2, a blindagem não deverá alterar a garantia do veículo, ainda que o serviço seja subcontratado (Parágrafo Segundo da presente Cláusula)
- II. Deverá ser fornecido pela CONTRATADA, durante o prazo de entrega do veículo, conforme Cláusula Quarta deste contrato, certificado que as adaptações de blindagem, a serem implementadas no veículo, não comprometam a garantia de 12 (doze) meses do veículo.
- III. O prazo de garantia da blindagem do veículo do item 1, lote 2, deverá estar em conformidade com as especificações detalhadas constantes no anexo I deste Contrato, contados do término do serviço de blindagem.
- IV. Durante o período de garantia, o Tribunal de Justiça realizará revisões programadas em concessionárias credenciadas pela fabricante dentro do município de Fortaleza/CE.
- V. Haverá ônus para o Tribunal de Justiça apenas quanto aos itens de desgaste natural, que deverão ser previamente orçados, cabendo a Divisão de Serviços Gerais do TJCE a aprovação da execução do serviço.
- VI. O tempo para realização da revisão programada de acordo com manual do fabricante deverá ser aquele previsto na tabela oficial de tempos e serviços de cada marca e modelo.
- VII. A garantia deverá contemplar, no mínimo, os seguintes itens: motor, direção elétrica, caixa de marchas, suspensão e rodas, ar condicionado, freios, partes elétricas e eletrônicas, carroceria, etc., com exceção de itens de desgaste natural (pneus, lubrificantes, filtros, etc.).
- VIII. A empresa contratada se obriga a deslocar técnico para remoção de veículo por defeito de item coberto pela garantia e dentro dos parâmetros estabelecidos nas revisões programadas.
- IX. O veículo acobertado pela garantia legal e contratual que apresentar defeito deverá ser reparado e corrigido ou substituído na rede de concessionárias credenciadas, sem ônus para o TJCE, na forma da lei (Lei n. 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor).
- X. O veículo que, no período de 90 (noventa) dias, contados a partir do recebimento definitivo do veículo, apresentar defeitos sistemáticos de fabricação, devidamente comprovados pela frequência de manutenções corretivas realizadas em concessionárias do fabricante, deverá ser substituído no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos para os veículos dos lotes 1 e 3, e no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis para o veículo do lote 2. Este prazo será contado a partir da última manutenção corretiva realizada pela concessionária, dentro do período supracitado.

Parágrafo Segundo - Dos serviços de blindagem e da subcontratação:

- I. A blindagem a que se refere o veículo do item 1 do lote 2 (Tipo Caminhonete Cabine Dupla 4x4) deverá ser realizada com nível de proteção III-A, em conformidade com a Norma do Exército Brasileiro NEB/T – E 316, em vigor.
- II. As especificações detalhadas dos serviços de blindagem do veículo do item 1 do lote 2 (Tipo Caminhonete Cabine Dupla 4x4) estão descritos no Anexo I deste Contrato.
- III. Os serviços de blindagem poderão ser subcontratados. Devendo constar na proposta: a razão social, o CNPJ, o endereço, o telefone e o e-mail da empresa subcontratada.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- IV. A blindagem realizada no veículo não deverá alterar a garantia de fábrica a ser fornecida pela CONTRATADA, conforme Parágrafo Primeiro da presente Cláusula deste Contrato.
- V. A garantia da blindagem do veículo (lote 2) deverá ser de no mínimo 5 (cinco) anos.
- VI. No ato da entrega do veículo deverá ser apresentado o Certificado de Registro de Blindagem do veículo, emitido pelo Exército Brasileiro, o certificado de garantia da blindagem (cinco anos), bem como o manual contendo instruções de uso e cuidados do veículo blindado, de acordo com Parágrafo Nono da Cláusula Quarta deste Contrato.
- VII. A responsabilidade pelo serviço de blindagem, assim como de sua garantia, será da empresa contratada.

Parágrafo Terceiro - Do emplaceamento dos veículos:

- I. Os veículos deverão ser entregues já emplaceados em nome do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará - TJCE, CNPJ n. 09.444.530/0001-01, no município de Fortaleza/CE.
- II. As placas dos veículos deverão conter as seguintes características: placas de fundo cor branca, gravadas nas tarjetas a expressão "CEARÁ", conforme inciso II do §2º do Art. 1º da Resolução n. 231, de 15 de março de 2007, do CONTRAN.
- III. Qualquer despesa com o emplaceamento dos veículos será de responsabilidade da CONTRATADA, ou seja, sem ônus para o TJCE.
- IV. Os veículos devem ser novos e de primeiro uso, devendo o primeiro emplaceamento ocorrer em nome do CONTRATANTE, não sendo admitidos transferência, segundo emplaceamento ou qualquer outra situação que descaracterize a condição de veículo novo e de primeiro uso.

Cláusula Décima Segunda - Da Rescisão

O inadimplemento das cláusulas e condições previstas neste Contrato, por parte da CONTRATADA, assegurará ao CONTRATANTE o direito de dá-lo por rescindido mediante notificação através de ofício entregue diretamente ou por via postal com prova de recebimento.

Parágrafo Único - Ficará o presente Contrato rescindido, mediante formalização, assegurado o contraditório e a defesa, nos seguintes casos:

- I. Atraso injustificado, a juízo da Administração, na execução do objeto contratado;
- II. Subcontratação total ou parcial do Objeto deste Contrato, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como da fusão, cisão ou incorporação que afetem a boa execução do presente Contrato;
- III. Desatendimento das determinações da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução deste Contrato, assim como a de seus superiores;
- IV. Cometimento reiterado de falhas na execução do Contrato;
- V. Decretação de falência ou insolvência civil;
- VI. Dissolução da CONTRATADA;
- VII. Alteração ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que, a juízo da Administração, prejudiquem a execução deste Contrato;
- VIII. Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução deste Contrato;
- IX. Por quaisquer das cláusulas previstas nos incisos XIV, XV e XVI do art. 78 da Lei n. 8.666/1993.

Cláusula Décima Terceira - Da Gestão e Fiscalização do Contrato

O contrato de prestação dos serviços objeto deste Contrato será gerido pelo Secretário de Administração do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e fiscalizado pela Assistência Militar do TJCE, podendo ser nomeado um servidor específico para atividade, de acordo com o estabelecido no art. 67, da Lei Federal n. 8.666/1993.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Clausula Decima Quarta – Do Ordenador de Despesas

O ordenador de despesas deste contrato será o Secretário de Finanças do Tribunal de Justiça do Ceará (SEFIN).

Clausula Decima Quinta – Da Legislação Aplicável

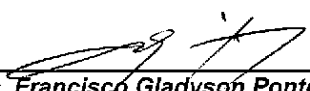
Este contrato rege-se pela Lei n. 10.520/2002 e Lei n. 8.666/1993, com suas atualizações posteriores e demais legislação federal correlata, medidas provisórias, bem como pelos preceitos de Direito Público, regulamentos, instruções normativas e ordens de fornecimento, emanados de órgãos públicos, aplicando-se lhes, supletivamente, nos casos omissos, os princípios gerais dos contratos e demais disposições de Direito Privado.

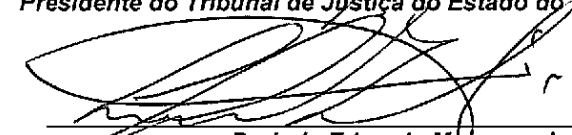
Clausula Decima Sexta – Do Foro

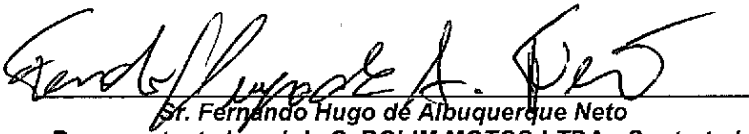
Fica eleito o foro de Fortaleza (CE), para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, caso não possam ser resolvidas por via administrativa, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença da(s) testemunha(s) que também o assinam, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, devendo seu extrato ser publicado no Diário da Justiça Eletrônico.

Fortaleza, 04 de maio de 2017.


Des. Francisco Gladysson Pontes
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará - Contratante


Dr. Luis Eduardo Menezes de Lima
Superintendente da Área Administrativa do TJCE - Contratante


Sr. Fernando Hugo de Albuquerque Neto
Representante Legal da C. ROLIM MOTOS LTDA - Contratada

Testemunhas: _____



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO I

LOTE 3

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UNIDADE/ MEDIDA	QTD	VEÍCULO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Motocicleta com motor de, no mínimo, 650 cilindradas.	UNIDA- DE	5	YAMAHA/ XT 660r/Linha 2016	R\$ 33.330,00	R\$ 166.650,00
VALOR TOTAL					R\$ 166.650,00	



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO II - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DETALHADAS

LOTE 3

ITEM 01	VEÍCULO TIPO MOTOCICLETA MÉDIO PORTE 650CC	UNID. MED UNIDADE	QUANT. 5
<p>Veículo zero quilômetro, primeiro uso, ano de fabricação e modelo 2016 ou superior, com as seguintes especificações mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none">•Motocicleta de médio porte;•Pintura original na cor preta;•Equipada com motor de no mínimo 650 cilindradas;•Monocilíndrica;•04 tempos;•Refrigeração líquida;•4 válvulas;•Potência mínima de 48cv a 6000 rpm;•Freios a disco com acionamento hidráulico;•Farol dianteiro móvel;•Aro/pneu dianteiro 90/90 – 21m/c 54 s; Traseiro 130/80 – 17 m/c 65 s;•Tanque de combustível com capacidade de no mínimo 15 litros;•Suspensão traseira tipo motocross com no mínimo 05 regulagens de pressão na mola;•Altura mínima do solo de 210mm;•Peso seco de 165kg;•Alimentação por injeção eletrônica;•Duplo escapamento e partida elétrica;•Motocicleta em conformidade com o PROMOT – Programa de Controle de Poluição do ar por Motociclos e Veículos Similares;•Veículo zero Km; <p>Data de fabricação/modelo igual ou posterior à data de publicação do contrato;</p> <ul style="list-style-type: none">•Garantia mínima de 12 meses;•Assistência técnica prestada por concessionária de serviço na capital do Estado do Ceará; <p>Serão aceitas motocicletas com características superiores, bem como com opcionais não exigidos nas especificações, desde que atendam a todos os requisitos mínimos exigidos neste Termo.</p>			
GARANTIA MINIMA 12 MESES	TIPO DE AMOSTRA CATÁLOGO	QUANTID AMOSTRA 1	MARCAS DE REFERÊNCIA Yamaha XT660



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO III

FICHA DE DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

Dados pessoais do(s) representante(s) e/ou procurador(es), devidamente habilitados, da futura CONTRATADA, indicado(s) para assinatura do Contrato:

NOME	:	RICARDO RODRIGUES ROLIM
NACIONALIDADE	:	Brasileira
ESTADO CIVIL	:	Casado
PROFISSÃO	:	Empresário
RG	:	460.165-SSP-CE
CPF	:	097.736.303-15
DOMICÍLIO	:	
CIDADE	:	
UF	:	CE
FONE	:	(85) 3488-3623
FAX	:	
CELULAR	:	(85) 98872-5520
E-MAIL	:	hugo@crasacaminhoes.com.br